

Desmitificando as línguas de sinais e aproximando ouvintes do mundo dos surdos

Esmeralda Figueira Queiroz (FE/UnB)

A obra resenhada de Andrei Gesser está organizada em três ricos capítulos, além da introdução e das considerações finais, que agregam importante valor ao livro. A autora, estudiosa e pesquisadora da surdez, adotando uma postura socioantropológica, na introdução, explicita a necessidade de reafirmarmos a legitimidade da língua de sinais, embora já tenham transcorrido quatro décadas que o *status* linguístico lhe foi concedido. O estranhamento que existe fora da área da surdez impede que essa seja concebida como diferença linguística e cultural, por força de uma concepção de deficiência ainda arraigada. Diante dessa realidade, Andrei Gesser intenciona provocar uma aproximação do ouvinte com o mundo do surdo, pontuando questões muitas vezes repetitivas para aqueles que atuam na área, mas indubitavelmente necessárias de serem retomadas para conhecimento da sociedade como um todo. A partir de questões corriqueiras, a autora desconstrói crenças e elucida a compreensão destes pontos. Quiçá esta obra seja a pedra angular na desmitificação de ideias equivocadas que distanciam ouvintes de surdos.



Foto: Chico Ferreira

GESSER, Andrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 87 p.

No primeiro capítulo, a autora faz uma análise epistemológica da Língua de Sinais a partir de questões suscitadas correntemente no senso comum. O primeiro ponto abordado é quanto à universalidade destas línguas. Ela esclarece que, assim como as línguas orais, as línguas de sinais sofrem diversificação provocada pela extensão e descontinuidade territorial, além dos contatos com outras línguas. Assim, cada país tem a sua língua de sinais. Nos Estados Unidos existe a Língua Americana de Sinais (ASL); na França, a

Língua Francesa de Sinais (FLS) e no caso do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Para exemplificar a autora apresenta a palavra “mãe” sinalizada em quatro diferentes línguas de sinais: espanhola, japonesa, australiana e americana. O exemplo é bastante elucidativo. As línguas de sinais são línguas naturais e a autora explica que elas evoluem como parte de um grupo cultural do povo surdo. Quanto à gramaticalidade dessas línguas, Gesser apresenta os parâmetros descritos inicialmente por Stokoe, ao pesquisar os níveis fonológicos e morfológicos da ASL, em 1960, e aprofundados por estudos linguísticos na década de setenta. Os parâmetros são: configuração de mão, ponto de articulação, movimento e orientação da palma da mão. Diferentes sinais são formados pela alteração de um dos parâmetros formando pares mínimos. Assim como nas línguas orais, estes pares são formados com a alteração de um único fonema.

A questão seguinte respondida pela autora é sobre a comparação da língua de sinais à mímica ou pantomima. Para ela, tal relação confere à língua de sinais um *status* inferior e teatral. Os sinais, esclarece, fazem parte de uma “variedade legitimada e convencionada pelo grupo de usuários” (p. 21). Enquanto a pantomima se projeta na forma visual do objeto, o sinal representa o símbolo convencionado para aquele objeto, o que permite ao usuário de língua de sinais transitar por diferentes gêneros discursivos como textos acadêmicos, poesias, piadas e outros. Enfim, permite a expressão de sentimentos, emoções, ideias ou conceitos abstratos. A modalidade espaço-visual da língua de sinais gera a crença de que essa língua é totalmente icônica, e neste sentido, Gesser esclarece que a iconicidade presente na língua também é convencional e sistemática.

Refutando a ideia de que a língua de sinais é um código secreto dos surdos, a autora faz uma breve incursão na história e situa a educação dos surdos em mosteiros, asilos ou escolas em regime de internato onde eram oprimidos e discriminados. O uso do alfabeto manual ou datilologia constitui um importante recurso para soletrar nomes próprios, siglas ou alguma palavra que ainda não tenha um sinal. Com isso, a autora retoma o pressuposto de que as línguas de sinais têm estruturas próprias e não são apenas versões sinalizadas ou soletradas das línguas orais.

Ancorando-se na sociolinguística, Gesser explica a relação entre as línguas de sinais e as línguas das comunidades ouvintes como um fenômeno natural de “coabitação” linguística em que ocorrem “empréstimos, mesclas e hibridismos” (p.34). Citando relatos apresentados por Wilcox & Wilcox (1997), esclarece que as línguas de sinais têm origens históricas a partir de línguas de sinais específicas e não nas línguas orais. No caso da

Língua Americana de Sinais (ASL) e a Língua Brasileira de Sinais (Libras), por exemplo, têm origens na Língua Francesa de Sinais pelo contato com professores surdos franceses na fundação de suas primeiras escolas para surdos. Quanto à variedade e diversidade linguística, as línguas de sinais, como todas as línguas humanas, apresentam suas variações decorrentes das práticas sociais de uso da língua de sinais entre surdos/surdos e surdos/ouvintes. Concluindo o primeiro capítulo, a autora fala sobre a representação escrita da língua de sinais por meio do sistema *SignWriting*, o que destitui a língua de sinais da condição de ágrafa.

O segundo capítulo é dedicado aos surdos enquanto grupo com identidade e cultura própria. Gesser explica que o termo “surdo” dá conta da dimensão política, linguística sociocultural que envolve a surdez; por isso, os surdos o preferem em detrimento dos termos ‘deficientes auditivos’ e ‘surdos-mudos’ que são carregados de preconceitos. Aqui, acrescentamos que documentos oficiais, como a Constituição Federal e o próprio decreto 5626/2005 que regulamenta a Lei de LIBRAS (10.436/2002), dentre outros, fazem a distinção entre surdos e deficientes auditivos com base no limiar auditivo para direcionar as políticas de inclusão educacional e de garantia do direito à saúde.

A figura do intérprete ocupa importante papel nas interações entre surdos e ouvintes e configura-se como um direito em espaços institucionais como universidades, escolas e repartições públicas; a autora desconstrói, pois, a ideia de que o intérprete é a voz do surdo. Desconstrói, ainda, um pensamento muito comum entre os ouvintes: o de que os surdos vivem em um silêncio absoluto. Eles percebem os sons por meio das vibrações e são bastante sensíveis aos movimentos e aos ritmos musicais, o que lhes possibilita encontrar prazer na dança. É muito interessante como Gesser discute a questão da oralização do surdo, colocando-a como um direito e uma opção que merece ser respeitada e não como uma condição para a sua integração na sociedade ouvinte. Faz-se necessário avançar na compreensão de que a língua de modalidade espaço-visual é língua humana, bem como a oral-auditiva. Assim, o surdo fala por meio da língua de sinais, como também pode falar oralmente se passar por um trabalho de fonoterapia.

O uso da língua de sinais não atrapalha o aprendizado da língua oral, lembrando que o desenvolvimento de habilidades de produção oral e de leitura oro-facial depende de muito treino e de diferentes fatores. Sobre a escrita da língua majoritária pelo surdo, a autora, citando Bagno, analisa a partir da sociolinguística o mito de que o surdo escreve errado porque não fala. Para ela, essa é uma forma de rejeitar as variedades

desprestigiadas, no caso, a dos surdos. Neste sentido, acrescentamos a contribuição de Sônia D. Brochado (2006) que explica pela teoria da Interlíngua a presença de elementos da língua de sinais na escrita do português. Para essa autora, a Interlíngua representa uma gramática mental provisória que o aprendiz vai construindo na aquisição de uma segunda língua num processo contínuo.

No terceiro capítulo, Gesser procura desconstruir a surdez do viés da deficiência e da medicalização, afirmando-a culturalmente. Ao situá-la entre grupos minoritários, que sofrem preconceitos, defende a ideia da diferença em detrimento da anomalia e do desvio, pois os próprios surdos não se veem como deficientes ou anormais. Mesmo assim, a autora cede espaço, em sua obra, para as etiologias e graus da surdez, fala ponderadamente sobre os aparelhos auditivos e implante coclear. Por último, esclarece que a língua de sinais permite aos surdos o desenvolvimento linguístico e cognitivo e assim a construção de suas identidades e subjetividades.

Com o sentido de contribuir com a obra e com a história dos surdos, gostaríamos de acrescentar um dado ao que a autora afirma, ao referir-se à experiência bilíngue da ilha de Martha's Vineyard nos Estados Unidos. Diz ela não haver no Brasil nenhum caso comparável. Pesquisas de Lucinda Ferreira Brito revelam que na região do Alto Turiaçu, no Maranhão, a comunidade indígena Urubu-Kaapor faz uso indiscriminadamente da língua oral e da língua de sinais, que leva o mesmo nome da tribo. Tal fato deveu-se ao elevado índice de surdez naquela comunidade, o que deu origem a sua própria língua de sinais. Outro ponto que gostaríamos de comentar é que a autora se prende muito na história passada da educação dos surdos, sendo prolixa em alguns momentos. Seria interessante se a obra tivesse dedicado mais espaço à discussão e ao esclarecimento da atual perspectiva bilíngue, para não incorrer numa aparente defesa de uma postura monolíngue – somente Libras.

Por se tratar de uma leitura acessível e elucidativa, a obra representa uma valiosa contribuição para a área da surdez ao rejeitar faces de representações sociais reducionistas e preconceituosas que já não têm mais sentido de existirem.

Referências bibliográficas

DECHANDT-BROCHADO, S. M. A apropriação da escrita por crianças surdas. In: QUADROS, R. (Org.) **Estudos Surdos I**. Petrópolis, RJ: Arara Azul: 2006.

FERREIRA BRITO, L. **Legislação e a Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Ferreira & Bergoncci Consultoria e Produções, 2003.

Esmeralda Figueira Queiroz é especialista em Educação Especial, mestre e doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília com pesquisas na área de surdez e docente da Secretaria de Educação/DF. Atua na educação de surdos/deficientes auditivos e na capacitação de professores. (smel_fq@yahoo.com.br)